



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC Nº 269, de 11 de dezembro de 2024
ANEXO XV

ANEXO TC



Documento Assinado Digitalmente por: KELMA SIMONE SOARES DE ANDRADE, ENOELINO MAGALHAES LYRA NETO, MARLOS HENRIQUE CAVIA
Acesse em: <https://etce.tc-pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: 263e42d0-4e62-4a6e-8c29-1a1f10cf5e19b

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAIAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE	
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ			
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA		
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS	NOTA 01							
EXERCÍCIO 2013	583.413,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583.413,98	
EXERCÍCIO 2014	143.520,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.520,11	
EXERCÍCIO 2015	1.256.523,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.256.523,94	
EXERCÍCIO 2016	1.933.095,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.933.095,69	
EXERCÍCIO 2017	1.333.011,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.333.011,60	
EXERCÍCIO 2018	1.397.103,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.397.103,41	
EXERCÍCIO 2019	836.228,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836.228,64	
EXERCÍCIO 2020	4.574.778,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.574.778,22	
EXERCÍCIO 2021	287.441,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.441,41	
EXERCÍCIO 2022	294.718,97	0,00	294.718,97	0,00	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2023	2.519.096,50	0,00	1.886.018,06	0,00	0,00	0,00	633.078,44	
EXERCÍCIO 2024	0,00	2.688.555,19	0,00	0,00	0,00	0,00	2.688.555,19	
Sub-total	15.158.932,47	2.688.555,19	2.180.737,03	0,00	0,00	0,00	15.666.750,63	
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS	NOTA 02							
EXERCÍCIO 2013	1.028,99	0,00	0,00	1.028,99	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2016	128.423,52	0,00	0,00	128.423,52	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2017	17.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.840,00	
EXERCÍCIO 2018	19.562,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.562,54	
EXERCÍCIO 2019	795.240,89	0,00	0,00	685.700,00	0,00	0,00	109.540,89	
EXERCÍCIO 2020	1.157.140,16	0,00	0,00	928.039,65	0,00	0,00	229.100,51	
EXERCÍCIO 2022	267.016,85	0,00	0,00	267.016,85	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2023	202.659,35	0,00	121.174,00	48.702,10	0,00	0,00	32.783,25	
EXERCÍCIO 2024	0,00	584.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	584.270,00	
Sub-total	2.588.912,30	584.270,00	121.174,00	2.058.911,11	0,00	0,00	993.097,19	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	NOTA 03							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	3.093.120,59	2.606.964,57	2.588.514,82	0,00	0,00	0,00	3.111.570,34	
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	709.613,74	1.230.880,02	1.117.804,85	0,00	0,00	0,00	822.688,91	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-21.748,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21.748,05	
ISS	75.783,12	157.279,48	111.539,44	0,00	0,00	0,00	121.523,16	
PENSÃO ALIMENTÍCIA	449.449,83	23.271,42	22.443,70	0,00	0,00	0,00	450.277,55	
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	10.048,41	23.495,60	21.589,08	0,00	0,00	0,00	11.954,93	
RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	1.807,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,39	
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	228.206,04	1.188.496,11	1.221.837,38	0,00	0,00	0,00	194.864,77	
RETENÇÃO RELATIVA A VALE ALIMENTAÇÃO	13.503,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.503,47	
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	-23.622,76	53.342,12	53.342,12	0,00	0,00	0,00	-23.622,76	

*
*



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC Nº 269, de 11 de dezembro de 2024
ANEXO XV

ANEXO TC
P



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAIAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
Sub-total	4.536.161,78	5.283.729,32	5.137.071,39	0,00	0,00	0,00	4.682.819,71
TOTAL	22.284.006,55	8.556.554,51	7.438.982,42	2.058.911,11	0,00	0,00	21.342.667,53

WELLINGTON BUARQUE DE LIMA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
082.303.954-46

MARLOS HENRIQUE CAVALCANTI
PREFEITO
027.503.954-45

ENOELINO MAGALHÃES LYRA NETO
CONTADOR
115.977.144-88

*
*

Documento Assinado Digitalmente por: KELMA SIMONE SOARES DE ANDRADE, ENOELINO MAGALHAES LYRA NETO, MARLOS HENRIQUE CAV
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 263e42b0-4e62-4a6e-8c29-1a1f10cf5e19b



Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidado

**MUNICÍPIO DE MARAIAL
ESTADO DE PERNAMBUCO**



NOTAS EXPLICATIVAS DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE MARAIAL

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Prefeitura Municipal de Maraial é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como município por força de Lei Estadual, a Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 10.193.332/0001-93, estando atualmente localizada na Rua Dr Jose Hygino, S/N, Centro de Maraial, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2022, o município de Maraial conta com 9.359 habitantes e sua economia baseia-se agricultura e pecuária, além de pequenas indústrias. Neste cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial. Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do <https://transparencia.maraial.pe.gov.br>

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Município de Maraial integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal de Maraial e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de



Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 2.207/2021 de 27/12/2024, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei 2.272/2023 de 22/09/2023, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024;

Lei Municipal Nº 2275/2023 de 05/12/2023, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do município de Maraial para o exercício de 2024;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

O Município não possui órgãos da Administração Indireta.

As secretarias municipais são:

- Secretaria de Administração e Gestão Patrimonial;
- Secretaria da Fazenda;
- Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Social
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer
- Secretaria de Política para Mulheres
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência e Produção Social
- Secretaria de Educação;

Os Fundos Especiais são:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal de Educação;
- Câmara Municipal de Vereadores de Maraial

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do <https://transparencia.maraial.pe.gov.br>.



A contabilização do exercício de 2024 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública Integrado – SCPI.

Considera-se exercício econômico, o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Município, referente ao exercício financeiro de 2024 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do município, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração da dívida flutuante, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS:

Os valores relacionados as retenções obedeceram de forma subsidiária as regras estabelecidas no IPC nº 11 da STN. Foram feitos ajustes na estrutura do DDF para atender as equações previstas nos itens 65, 66, 67, 68 e 69 do ICC-PE do TCEPE. Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64. Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não compõem este demonstrativo, nem serão computados como restos a pagar. As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

NOVAS NORMAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ALTERADAS:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.



JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto a Dívida Flutuante.

1. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERENCIAS CRUZADAS:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DO MUNICÍPIO DE MARAIAL -DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA EXERCÍCIO DE 2024.

ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC Nº 269, de 11 de dezembro de 2024
ANEXO XV

ANEXO 269
Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAIAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE	
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NÃO PROC. LIQ.			
			PAGTO	CANC.	INSCR.	BAIXA		
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS NOTA 01								
EXERCÍCIO 2013	583.413,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	583.413,98	
EXERCÍCIO 2014	143.520,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.520,11	
EXERCÍCIO 2015	1.256.523,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.256.523,94	
EXERCÍCIO 2016	1.933.095,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.933.095,69	
EXERCÍCIO 2017	1.333.011,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.333.011,60	
EXERCÍCIO 2018	1.397.103,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.397.103,41	
EXERCÍCIO 2019	836.228,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836.228,64	
EXERCÍCIO 2020	4.574.778,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.574.778,22	
EXERCÍCIO 2021	287.441,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.441,41	
EXERCÍCIO 2022	294.718,97	0,00	294.718,97	0,00	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2023	2.519.096,50	0,00	1.886.018,06	0,00	0,00	0,00	633.078,44	
EXERCÍCIO 2024	0,00	2.688.555,19	0,00	0,00	0,00	0,00	2.688.555,19	
Sub-total	15.158.932,47	2.688.555,19	2.180.737,03	0,00	0,00	0,00	15.666.750,63	
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS NOTA 02								
EXERCÍCIO 2013	1.028,99	0,00	0,00	1.028,99	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2016	128.423,52	0,00	0,00	128.423,52	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2017	17.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.840,00	
EXERCÍCIO 2018	19.562,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.562,54	
EXERCÍCIO 2019	795.240,89	0,00	0,00	685.700,00	0,00	0,00	109.540,89	
EXERCÍCIO 2020	1.157.140,16	0,00	0,00	928.039,65	0,00	0,00	229.100,51	
EXERCÍCIO 2022	267.016,65	0,00	0,00	267.016,65	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2023	202.659,35	0,00	121.174,00	48.702,10	0,00	0,00	32.783,25	
EXERCÍCIO 2024	0,00	584.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	584.270,00	
Sub-total	2.588.912,30	584.270,00	121.174,00	2.058.911,11	0,00	0,00	993.097,19	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES NOTA 03								
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	3.093.120,59	2.606.964,57	2.588.514,82	0,00	0,00	0,00	3.111.570,24	
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	709.613,74	1.230.880,02	1.117.804,85	0,00	0,00	0,00	822.688,91	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-21.748,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21.748,05	
ISS	75.783,12	157.279,48	111.539,44	0,00	0,00	0,00	121.523,16	
PENSÃO ALIMENTÍCIA	449.449,83	23.271,42	22.443,70	0,00	0,00	0,00	450.277,15	
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	10.048,41	23.495,60	21.589,08	0,00	0,00	0,00	11.954,93	
RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	1.807,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.807,39	
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	228.206,04	1.188.496,11	1.221.837,38	0,00	0,00	0,00	194.864,77	
RETENÇÃO RELATIVA A VALE ALIMENTAÇÃO	13.503,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.503,47	
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	-23.622,76	53.342,12	53.342,12	0,00	0,00	0,00	-23.622,76	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES								
Sub-total	4.536.161,78	5.283.729,32	5.137.071,39	0,00	0,00	0,00	4.682.819,71	
TOTAL NOTA 04	22.284.006,55	8.556.554,51	7.438.982,42	2.058.911,11	0,00	0,00	21.342.667,53	

Nota 01 - Restos A Pagar - Processados: O saldo anterior dos restos a pagar processados foi de R\$ 15.158.932,47. Houve inscrição no exercício no total de R\$ 2.688.555,19, pagamentos (baixa) no



valor de R\$ 2.180.737,03 e cancelamentos no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 15.666.750,63.

Nota 02 - Restos A Pagar – Não Processados: O saldo anterior dos restos a pagar não processados foi de R\$ 2.588.912,30. Houve inscrição no exercício no total de R\$ 584.270,00, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 121.174,00 e cancelamentos no valor de R\$ 2.058.911,11. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 993.097,19.

Nota 03 – Depósitos E Consignações: O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 4.536.161,78. Houve inscrição no exercício no total de R\$ 5.283.739,32, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 5.137.071,49 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 4.682.819,71.

Nota 04 - Total Da Dívida Flutuante: Houve decréscimo da dívida fluante entre os exercícios de 2023 e 2024 na ordem de R\$ 941.339,02, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 22.284.006,51, as inscrições totais foram de R\$ 8.556.554,51, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 7.438.982,42 e cancelamentos no valor de R\$ 2.058.911,11. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de 0,00 e baixa no valor de 0,00. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 21.342.667,53.

DESCRIÇÃO DOS ITENS MAIS RELEVANTES DOS DEPÓSITOS:

Relavância	Descrição da Natureza da Conta	R\$ (Exercício de 2024)	R\$ (Exercício de 2023)
1º	Contribuição ao RGPS	R\$ 3.111.570,34	R\$ 3.093.120,59
2º	Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte	R\$ 822.688,91	R\$ 709.613,74
3º	Pensão Alimentícia	R\$ 450.277,55	R\$ 449.449,83

EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES:

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

2.1. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS:

Não se aplica a este demonstrativo.



2.2. DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:

Não se aplica neste demonstrativo.

2.3. RECONHECIMENTO DE INCONFORMIDADES QUE PODEM AFETAR A COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

2.4. AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XV DA RESOLUÇÃO TCE – PE Nº 270/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE

3.1. ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras:

- O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC).
- O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados, constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE).
- Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\Sigma \text{IRPNP} + \Sigma \text{IRPP}) (\text{BO})) = \Sigma (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\Sigma \text{Passivo [F] (BP)} + \Sigma \text{IRPNP} - \Sigma (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \Sigma \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \Sigma (\text{SES (DDF)})$.



- d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF).
- e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior.
- f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do ano anterior.

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	LOA	SETOR DE CONTABILIDADE	31/12/2015	CONCLUÍDO

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1.Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SETOR FINANCEIRO	SETOR DE FINANÇAS	31/12/2018	CONCLUÍDO
Ação	2.Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTRO CONTÁBEIS	SETOR FINANCEIRO	SETOR DE FINANÇAS	31/12/2022	CONCLUÍDO
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO	TRIBUTAÇÃO	31/12/2018	CONCLUÍDO
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO	TRIBUTAÇÃO	31/12/2018	CONCLUÍDO
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS	SISTEMA DE	FINANCEIRO	31/12/2019	CONCLUÍDO



CONTÁBEIS	INFORMAÇÃO			
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA	CONTROLE INTERNO	31/12/2018	CONCLUÍDO
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros Contábeis	SISTEMA DE PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	31/12/2025	EM ANDAMENTO
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	31/12/2025	EM ANDAMENTO

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros Contábeis	SISTEMA DE PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	31/12/2025	EM ANDAMENTO
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros Contábeis	SETOR FINANCEIRO	FINANCEIRO	31/12/2015	CONCLUÍDO
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE PESSOAL	RH DO MUNICÍPIO	31/12/2018	CONCLUÍDO
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
DRAA	SISTEMA ATUARIAL	ATUÁRIO	31/12/2015	NÃO EXISTE
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA	CONTROLE INTERNO	31/12/2019	CONCLUÍDO
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA	CONTROLE INTERNO	31/12/2019	CONCLUÍDO
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	ALMOXARIFADO	SETOR DE COMPRAS/ALMOX.	31/12/2024	EM ANDAMENTO



Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	GESTÃO	GESTÃO PÚBLICA	31/12/2025	EM ANDAMENTO

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros contábeis	Sistema Integrado de Contabilidade Pública - Fiorilli Soc. Civil Ltda	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÃO DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros contábeis	Sistema Integrado de Contabilidade Pública - Fiorilli Soc. Civil Ltda	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros contábeis	Sistema Integrado de Contabilidade Pública - Fiorilli Soc. Civil Ltda	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros contábeis	Sistema Integrado de Contabilidade Pública - Fiorilli Soc. Civil Ltda	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros contábeis	Sistema Integrado de Contabilidade Pública - Fiorilli Soc. Civil Ltda	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros contábeis	GESTÃO	GESTÃO PÚBLICA	31/12/2021	CONCLUÍDO

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2024, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, o contador municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

MARLOS HENRIQUE CAVALCANTI
Prefeito Municipal

KELMA SIMONE SOARES DE ANDRADE
Responsável pelo Controle Interno

ENOELINO MAGALHÃES LYRA
NETO



Documento Assinado Digitalmente por: KELMA SIMONE SOARES DE ANDRADE, ENOELINO MAGALHAES LYRA NETO, MARLOS HENRIQUE CAVALCANTI
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 263e42b0-4e62-4e62-4e62-8c29-1af10cf5e19b

Contador CRC PE nº 033809/O-4